

CONGRESSO

PEC do Quinquênio divide parlamentares

Pacheco se propõe a pôr texto em votação, mas governo e oposição resistem

» TAÍSA MEDEIROS

Os integrantes do Poder Judiciário podem voltar a receber, junto com os vencimentos, um benefício financeiro que foi extinto em 2005. A Proposta de Emenda Constitucional 63/2013 — a chamada PEC do Quinquênio — tramita há oito anos no Congresso e aumentaria em até 35% os ganhos de juizes e membros do Ministério Público. O texto tem tudo para ir a votação em breve, porém está longe de ser consenso entre os parlamentares.

Na superfície, o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), considera que a aprovação do texto seria uma forma de pôr fim aos supersalários e “estruturar” as carreiras do Judiciário. Mas, quando se mergulha mais fundo no caso, há quem diga que a motivação é outra: dar uma resposta ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, que manifestou interesse na aprovação da PEC.

Este, aliás, teria sido um dos assuntos tratados na conversa entre o ministro e Pacheco, no último dia 3. O senador estaria disposto a atender ao Judiciário oferecendo-se até mesmo para relatar a PEC. Por sinal, ele agendou, nesta semana, almoço com um grupo de parlamentares de peso para tratar do assunto.

Mas se Pacheco tem demonstrado boa vontade em relação à PEC, o mesmo não se pode dizer das bancadas. As do PT e do Podemos, por exemplo, são majoritariamente contrárias. “Agora, a articulação é para que não ponha a PEC para votação”, disse um senador.

Um por outro

Entre os aliados do Palácio do

Jefferson Rudy/Agência Senado



Segundo Portinho, PL dos supersalários também tem que entrar em votação para a PEC poder andar



Se a PEC 63 estiver condicionada ao fim dos supersalários, estou disposto. Pelo que me parece, se há, de fato, a economia de R\$ 10 milhões que se estima, a vantagem é maior”

Senador Carlos Portinho (RJ), líder do PL na Casa

Planalto, a condição para a votação da PEC seria a votação do Projeto de Lei (PL) 6726/16, aprovado no ano passado, que lista quais tipos de pagamentos podem ficar de fora do teto do funcionalismo público, limitando os chamados “supersalários”. “Falei para o Pacheco: se a PEC 63 estiver condicionada ao fim dos supersalários, estou disposto. Pelo que me parece, se há, de fato, a economia de R\$ 10 milhões que se estima, a vantagem é maior”, explicou o líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ).

O parlamentar salienta que “não seria uma premiação (para o Judiciário) sem razão, teria a justificativa da progressão da carreira”.

“Só que como o (PL) do super-salário é terminativo, aqui, no Senado, e esse da PEC 63 começa (a tramitação) aqui no Senado, isso tem que ser um acordo de liderança. Tem que votar primeiro a PEC, que vai para a Câmara, e quando a Câmara marcar a votação, a gente marca a do (PL do) super-salário. Tem que ser concomitante”, frisou Portinho.

Diante da falta de consenso para colocar em votação o texto do quinquênio, parlamentares próximos a Pacheco já o orientaram a deixar a decisão de levar adiante a PEC para o colégio de líderes. Isso o isentaria de responsabilidade caso o texto não avance na Casa, e não o deixaria mal junto ao Judiciário.

Rei do gás pode ser ouvido na Câmara

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Vaz quer mais detalhes sobre o gasoduto de R\$ 100 bilhões que vem sendo avaliado pelo Centrão

O deputado Elias Vaz (PSB-GO) apresentou, ontem, um pedido à Comissão de Minas e Energia da Câmara para que seja realizada uma audiência pública sobre o projeto que prevê a construção de gasodutos bilionários bancados com recursos da União. A proposta beneficiaria, diretamente, os projetos de distribuição de gás do empresário Carlos Suarez e seus sócios — hoje os únicos donos de autorizações para distribuir gás em oito estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O Congresso se articula para aprovar o “**Centrãooduto**” com a retirada de R\$ 100 bilhões do lucro do pré-sal para financiar a iniciativa. A medida atende principalmente Suarez, grande empresário do setor de gás e que é conhecido também por ser o S da empreiteira OAS — uma das principais envolvidas no escândalo do Petróleo. Ele é um dos convidados da audiência. Ele foi procurado por meio da assessoria, mas até o fechamento desta edição não se obteve resposta.

“O fato de Carlos Suarez ser o detentor de grande parte das concessões de distribuição de gás, que serão as grandes beneficiadas pela construção dos dutos, torna necessária sua participação na audiência pública”, afirmou o deputado em seu requerimento.

Ao embasar o pedido de audiência pública, Vaz observa que a audiência tem o objetivo de debater a “construção de novos gasodutos no Brasil, as formas de financiamento dos empreendimentos, as formas de exploração e concessão e os impactos das novas iniciativas sobre as tarifas que são cobradas dos consumidores”.

Crise na Petrobras

O empresário Carlos Suarez há meses tem estado relacionado às crises políticas no setor energético brasileiro. Antes do “Centrãooduto”, ele foi responsável indireto por duas indicações do Palácio do Planalto para a Petrobras que não se concretizaram: a do consultor Adriano Pires para a presidência da estatal e a do engenheiro e presidente do Flamengo, Rodolfo Landim, para o Conselho de Administração da empresa. Os dois tiveram o aval do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Jabuti

A construção dos gasodutos bancada com dinheiro público foi pensada para ser incluída como um “jabuti” — termo usado para se referir a modificações que não tem relação com o texto original — do projeto de lei de modernização do setor elétrico. O texto tramita na Câmara e tem o deputado Fernando Coelho Filho (União-PE) como relator.

Além de Suarez, também são convidados representantes do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Instituto Brasileiro de

Defesa do Consumidor (Idec), da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A construção do gasoduto, inclusive, teria sido a razão da queda do então ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque — substituído por Adolfo Sachsida, um dos principais ex-auxiliares do ministro da Economia, Paulo Guedes. O almirante vinha resistindo à destinação de R\$ 100 bilhões do lucro do pré-sal para a obra, o que desagradava o Centrão.

Segundo fontes do Congresso, os principais padrinhos do “Centrãooduto” são o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira — que é senador licenciado do PP do Piauí.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Cúpula do PSDB negocia desistência de Doria

A reunião da Executiva do PSDB, ontem, produziu um consenso: o ex-governador de São Paulo João Doria deveria renunciar à corrida presidencial e buscar uma alternativa honrosa para o partido, que tanto pode ser ressuscitar a candidatura do ex-governador gaúcho Eduardo Leite, no caso de uma solução prata da casa, quanto apoiar a indicação da senadora Simone Tebet (MDB-MS), que teria o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) para vice. Com isso, a reunião da terceira via marcada para hoje, na qual será apresentada uma pesquisa sobre a competitividade de Doria, não poderá tomar uma decisão definitiva, porque o presidente do PSDB, Bruno Araujo, não foi credenciado para isso. As conversas continuarão, preferencialmente com a participação de Doria.

O porta-voz dos líderes tucanos foi o deputado Aécio Neves (MG), autor da proposta de consenso. A ideia é realizar uma nova reunião, com os governadores e candidatos majoritários do PSDB e a presença de Doria, para que os próprios correligionários relatem as dificuldades que estão enfrentando para apoiá-lo nos seus respectivos estados. Aécio é desafeto de Doria, mas defende uma candidatura própria da legenda e havia apoiado Leite na disputa das prévias. Entretanto, o maior algoz e interessado na desistência de Doria é mesmo o governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, que o sucedeu no cargo e, inclusive, foi levado ao PSDB pelas mãos do candidato tucano.

A discussão na reunião da Executiva do PSDB foi quente, mas o encerramento teve clima de velório. Essa é a mais séria crise enfrentada pelo PSDB, que corre sério risco de não ter candidato a presidente da República pela primeira vez em sua história — o que também pode ser catastrófico para a legenda. Tanto Garcia como Araujo articulam essa posição, defendendo o apoio a Tebet, como deseja a maioria dos deputados paulistas da chamada terceira via em São Paulo. Na avaliação deles, Doria seria um estorvo para a candidatura de Garcia, que está em quarto lugar nas pesquisas de intenções de votos, atrás de Fernando Haddad (PT), Márcio França (PSB) e Tarcísio de Freitas (Republicanos), o candidato de Bolsonaro.

Defenestrar Doria seria uma maneira de evitar a deriva de prefeitos e candidatos da base de Garcia para a candidatura de Tarcísio, que tem forte penetração no interior paulista, principalmente na área do agronegócio, por causa de sua atuação como ministro da Infraestrutura e do apoio de Bolsonaro. O deputado Baleia Rossi (SP), presidente do MDB, e o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), são os principais articuladores da aliança do atual governador paulista com Tebet. Nos bastidores, o ex-presidente Michel Temer se preserva, porque ainda pode ser um trunfo da legenda nas negociações com Doria e Garcia.

“Lularcia”

Quem acha que Garcia alavancará a campanha de Tebet em São Paulo, porém, pode estar muito enganado. O presidente do Solidariedade, Paulinho da Força, articulou uma aliança pirata com o governador paulista, para apoiar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A chapa “Lularcia” seria uma alternativa para os sindicalistas que apoiam Lula, mas não querem apoiar o petista Haddad.

Essa é uma velha prática do movimento sindical paulista, useiro e vezeiro em fazer isso, desde a eleição de Jânio Quadros, em 1960. A chapa Jan-Jan garantiu a eleição do vice João Goulart, o Jango, companheiro de chapa do marechal Henrique Teixeira Lott. Naquela época, os votos para presidente da República e para vice eram separados.

Após a reunião de ontem, Doria foi convidado a comparecer ao encontro da terceira via, hoje, que reunirá os presidentes do PSDB, Bruno Araujo; do Cidadania, Roberto Freire; e do MDB, Baleia Rossi. Após a reunião, o tucano ressaltou que os entendimentos com o Cidadania e o MDB para encontrar uma candidatura única continuarão e que o próprio Doria deveria participar da construção de uma alternativa ao seu nome.

Entretanto, o ex-governador já recusou o convite — só pretende voltar a Brasília na próxima semana. Ex-presidente do PSDB, José Aníbal, um dos participantes da reunião, considera a candidatura de Doria liquidada. Sua desistência será apenas uma questão de tempo.

Ele ameaçou judicializar a questão, mas isso não intimidou seus adversários internos. Na verdade, a maioria da bancada prefere não ter candidato, para obter mais recursos do fundo eleitoral e ter liberdade para apoiar o presidenciável que lhe for mais conveniente nas bases.

ARAUJO RESSALTOU QUE OS ENTENDIMENTOS COM O CIDADANIA E O MDB PARA ENCONTRAR UMA CANDIDATURA ÚNICA CONTINUARÃO E QUE O PRÓPRIO DORIA BUSCA UMA ALTERNATIVA AO SEU NOME